

EXPERIÊNCIAS URBANAS: UM OLHAR EM PROJETOS DE INTERVENÇÃO, NO CENÁRIO DA CULTURA PÓS-MODERNA

Cláudio Donizett Silva (UTAD)

ABSTRACT

This article presents an analysis of the successful experiences and challenges encountered in adapting cultural projects and community initiatives aimed at including vulnerable identities within the context of postmodern culture, focusing on communities in Brazil. The objective is to understand, over the past 10 years, the main challenges and achievements of these initiatives that promote inclusion and address social vulnerability. To this end, a contextual review was conducted, which includes discussions on classic studies in the areas of cultural development, along with the analysis of selected scientific studies as the object of investigation. It was found that cultural projects and community initiatives not only foster engagement and citizenship through access to art, education, and technology, but also facilitate the integration between universities and communities through interdisciplinary activities. The primary challenge identified relates to the lack of financial investment for the continuity of these actions, as many projects face resource constraints that limit their duration and impact.

Keywords: Cultural Projects; Community initiatives; Postmodern culture; vulnerable identities.

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise das experiências exitosas e dos desafios enfrentados na adaptação de projetos culturais e iniciativas comunitárias voltadas para a inclusão de identidades vulneráveis no contexto da cultura pós-moderna, com foco em comunidades no Brasil. O objetivo é compreender, ao longo dos últimos 10 anos, quais são os principais desafios e os êxitos dessas iniciativas que promovem a inclusão e o combate à vulnerabilidade social. Para isso, realizou-se uma revisão contextual que inclui discussões sobre estudos clássicos nas áreas de desenvolvimento cultural, além da análise de estudos científicos selecionados como objeto de investigação. Constatou-se que projetos culturais e iniciativas comunitárias não apenas promovem o envolvimento e a cidadania por meio do acesso à arte, educação e tecnologia, mas também possibilitam a integração entre universidades e comunidades em atividades interdisciplinares. O principal desafio identificado está relacionado à falta de investimentos financeiros

para a continuidade dessas ações, dado que muitos projetos enfrentam restrições de recursos que limitam sua duração e impacto.

Palavras-chave: Projetos Culturais; Iniciativas comunitárias; Cultura pós-moderna; identidades vulneráveis.

Recebido em 15 de agosto de 2024.

Aceite em 22 de novembro de 2024.

DOI: 10.58155/revistadeletras.v2i1.541

Introdução

No presente artigo, aborda-se a análise de projetos de intervenção cultural e iniciativas comunitárias que visam promover a inclusão social de identidades vulneráveis em comunidades brasileiras, inseridas no contexto da cultura pós-moderna. Para efeito deste estudo, o termo “projetos de intervenção” refere-se a ações culturais planejadas e executadas com o objetivo de gerar impacto positivo em comunidades específicas, buscando atenuar situações de vulnerabilidade social e fomentar a cidadania. Esses projetos culturais, por sua vez, englobam atividades variadas, como programas de arte-educação, oficinas de capacitação e eventos culturais, que visam a ampliar o acesso à cultura e fortalecer identidades locais. Além disso, “iniciativas comunitárias” são entendidas como esforços originados ou conduzidos em colaboração com as próprias comunidades, muitas vezes com o apoio de universidades e outras instituições, que promovem a autonomia e o protagonismo dos moradores nas atividades culturais. Dessa forma, o artigo busca investigar como esses projetos e iniciativas se desenvolvem, identificando os desafios e as conquistas no contexto das transformações culturais da pós-modernidade.

Este estudo foca nas comunidades carentes brasileiras, que representam as camadas sociais mais vulneráveis e expostas aos primeiros impactos das mudanças políticas, econômicas e socioculturais no país. Nesse contexto, analisa-se as experiências bem-sucedidas e os desafios enfrentados na adaptação de projetos culturais voltados para a inclusão de identidades vulneráveis, no cenário da cultura pós-moderna. O objetivo é investigar os desafios e êxitos desses projetos e iniciativas de integração, destacando a importância da cultura como um meio essencial para o desenvolvimento social e o fortalecimento da identidade cultural brasileira. Liv Sovik, por exemplo, em seu artigo, “Os projetos culturais e seu significado social” (2014), afirma que esses projetos culturais, de arte-educação ou socioeducativos, cujos públicos-alvo são a juventude pobre e negra, vêm ocupando cada vez mais espaço na mídia e no imaginário social (Sovik 2014: 172), principalmente, segundo o autor, por pregarem a paz social.

Há que se ressaltar que a cultura nacional no Brasil é discrepante e não homogênea, devido, por exemplo, à extensão geográfica do país e a particularidades históricas, como a miscigenação de povos indígenas, europeus e africanos. Além disso, verifica-se que a pós-modernidade promove ainda

mais transformações na cultura e na identidade do povo, uma vez que possibilita maior mobilidade social e hibridismo a partir do contato com outras culturas. A população nas comunidades carentes demonstra obstáculos aos gestores públicos e a instituições privadas que estão se adaptando a novos contextos e aderindo à novas modalidades de projetos, o que desencadeia aspectos positivos, desenvolvendo possibilidades para novas investigações.

O que deveria ser compreendido pelos gestores sociais, pois, normalmente uma pessoa que vive inclusa e com baixa qualidade de vida a sua produção cultural, tanto em benefício seu, como de outrem, se torna em desgaste social, ou seja, a sua resiliência a novos aprendizados e a seu desenvolvimento produtivo intelectual e físico. Nesse cenário, entende-se que uma revisão sobre projetos culturais e iniciativas de desenvolvimento, na contemporaneidade, pode sintetizar e mapear os principais desafios e êxitos ligados a sustentabilidade socioeconômica do sujeito vulnerável as novas demandas da sociedade no Brasil. Para a revisão da narrativa, foram selecionados e analisados estudos científicos apontados como os mais relevantes para investigação. As revisões, segundo Edna Terezinha Rotther, no artigo intitulado a “Revisão sistemática X revisão narrativa” (2007), “são uma forma de pesquisa que utilizam de fontes de informações bibliográficas ou eletrônicas para obtenção de resultados de pesquisas de outros autores, com o objetivo de fundamentar teoricamente um determinado objetivo” (Rotther 2007: 01).

Na seção a seguir, Identidade cultural híbrida: um olhar para a realidade brasileira, são discutidas obras clássicas, que fundamentam as discussões desta proposta, especificamente, sobre a identidade cultural na pós-modernidade e a realidade brasileira. Na sequência, na seção de análises, apresentam-se discussões sobre as investigações selecionadas que abarcam, especificamente, projetos culturais e iniciativas comunitárias no atual contexto cultural e social brasileiro, sendo seguida pelas considerações finais e as referências deste homologado em estudo.

Identidade híbrida: um olhar para a cultura brasileira

A identidade cultural de um determinado povo pode ser considerada como um constructo de diversos aspectos, na maioria das vezes, abstratos e intangíveis, uma vez que são sociais, culturais, históricos e ideológicos. A partir da literatura científica consultada, compreende-se que a identidade cultural é, principalmente, uma construção histórica, mas também é, ao mesmo tempo, um produto contemporâneo, uma vez que está sujeita a mo-

dificações e, nesse último aspecto, verifica-se que a pós-modernidade, estudada por Stuart Hall em *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006), tem relevância nas transformações dessa identidade, na contemporaneidade.

Em relação à construção histórica, destacam-se fatores como a construção a partir de uma ou mais etnias (no caso do Brasil, ressaltam-se os povos indígenas, europeus, principalmente portugueses, e povos do continente africano), o histórico de organização política de um determinado espaço geográfico, com direitos e deveres aos que habitam no território, a língua (ou línguas) que podem gerar identificação em um determinado povo, como a língua portuguesa e as línguas indígenas, a memória coletiva das gerações anteriores (os brasileiros, compartilham, por exemplo, passado com aspectos dos quais se orgulham e outros que compreendem como negativos), o orgulho diante de personalidades da cultura (literatura, artes visuais, música, esportes etc.), de monumentos (como o Cristo Redentor) e de riquezas naturais (como a Amazônia), e estereótipos que nos diferenciam de outras culturas, como o apreço por futebol e carnaval.

Em relação ao cenário da pós-modernidade, Hall afirma que as identidades culturais são híbridas e relativistas, pois os povos recebem cada vez mais influências externas, como gastronômicas, culturais, econômicas e ideológicas. Já em relação aos projetos Culturais e às iniciativas comunitárias que promovem inclusão, foram amplamente constatados em objetos de estudos, devido à relevância da cultura. Nesse contexto, esta proposta trará contribuições, especificamente, na sintetização e mapeamento dos principais desafios e êxitos ligados aos projetos Culturais e às iniciativas comunitárias. Stuart Hall, afirma que:

A sociedade não é, como os sociólogos pensaram muitas vezes, um todo unificado e bem delimitado, uma totalidade, produzindo-se através de mudanças evolucionárias a partir de si mesma, como o desenvolvimento de uma flor a partir de seu bulbo. Ela está constantemente sendo “descentrada” ou deslocada por forças fora de si mesma (Hall 2006: 17).

Assim, verifica-se que o conceito de identidade é complexo, uma vez que as identidades nacionais são constituídas de forma heterogênea e não unificadas. Para o autor, a identidade é uma concepção sociológica tanto interior, ou seja, à medida que os indivíduos internalizam valores culturais comuns; quanto no exterior, pois sutura os sujeitos à estrutura social, deixando-a mais unificada e previsível (Hall 2006: 12). Além disso, para o autor,

Não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional. Mas seria a identidade nacional uma identidade unificadora desse tipo, uma identidade que anula e subordina a diferença cultural? (Hall 2006: 59).

Pensando, especificamente, na realidade brasileira, consultou-se o artigo “Futebol, cultura e cidade” (1996), de Ronaldo Helal. Segundo o autor, a identidade cultural é associada à integração de um país, a partir de elementos que promovam sentido à sociedade em um único *ethos* (Helal 1996: 1-3). Diante dessas constatações iniciais, compreende-se que a identidade cultural é, principalmente, uma construção histórica, mas também é, ao mesmo tempo, um produto do cotidiano contemporâneo, uma vez que está sujeita a modificações.

Sobre esse aspecto, deve-se ressaltar que a assimilação dessas diferentes culturas em uma única foi um processo que envolveu violência em relações de poderes assimétricas, sendo que os portugueses eram detentores do poder, indígenas eram vistos como humanos sem cultura e africanos eram desumanizados e escravizados. Vejam-se três passagens da obra de *Comunicação e cultura brasileira* (2003), de Virgílio Noya Pinto, que demonstram essas relações durante o Brasil colônia:

1: Meio século depois, europeus e indígenas se hostilizavam violentamente. No entanto, o espaço, ainda que somente a orla marítima, já se demonstrava continental, agressivo e selvagem (Pinto 2003: 09).

2: Exigir de um índio que trabalhasse a terra, plantasse e colhesse era agredi-lo violentamente em seus *ethos* cultural. Eles não se submeteram e as lutas destruíram vários núcleos coloniais (Pinto 2003: 10).

3: Bem diferente do primeiro contato entre os portugueses e índios, foi aquele entre portugueses e negros no Brasil. O índio era gente – assim o havia proclamado o papa –, enquanto o negro era mercadoria passível de ser medida e avaliada, animal de trabalho. Para o português (já acostumado à escravidão africana, herdada dos árabes), além das qualidades físicas, o que valorizava aquela mercadoria era ser boçal ou latino – latino era o escravo que aprendera o português e já fora batizado (Pinto 2003: 14).

Nesse contexto, destaca-se que a construção da identidade perpassa o histórico de organização política de um determinado espaço geográfico, com direitos e deveres aos que habitam no território. Na sequência de fatos, a lín-

gua e/ou línguas, que podem gerar identificação em um determinado povo, como a língua portuguesa e as línguas indígenas. Em relevância, a memória coletiva das gerações anteriores (os brasileiros, compartilham, por exemplo, passado com aspectos dos quais se orgulham e outros que compreendem como negativos).

O orgulho em relação a personalidades da cultura (literatura, artes visuais, música, esportes etc.), a monumentos (como o Cristo Redentor) e a riquezas naturais (como a Amazônia) faz parte da construção da identidade cultural brasileira. A identidade cultural é um conjunto de valores, práticas e símbolos que refletem a história e a diversidade do país, conectando os indivíduos a uma experiência compartilhada. No entanto, esse conjunto é frequentemente simplificado em estereótipos — representações generalizadas e, por vezes, limitadoras — que diferenciam o Brasil de outras culturas. Esses estereótipos, por serem associados simbolicamente ao imaginário popular, tendem a naturalizar e reduzir aspectos complexos da identidade cultural, vinculando-os automaticamente a convenções sociais e ideológicas, o que nem sempre reflete a diversidade e a profundidade da cultura brasileira.

Há que se ressaltar que os aspectos elencados acima não são os únicos responsáveis pela construção da identidade nacional, há diversos outros, sendo que alguns são mais influentes em uma determinada época do que outros. Pode-se citar, por exemplo, a influência do catolicismo, principalmente a partir da ação de padres jesuítas durante o período colonial, que criaram a Língua Geral e uma cultura comum misturando aspectos europeus e indígenas.

Em relação à defesa de que a identidade cultural pode ser também um produto do cotidiano, pode-se citar a investigação de Marcela Martins de Lima em *Tarsila do Amaral-Retrato da identidade brasileira* (2007), em obras de arte produzidas pela artista Tarsila do Amaral nas décadas de 1920 a 1930 pelo movimento modernista, como: *Abaporu*, *Operários* e *Segunda Classe* (Lima 2007: 9).

As obras, assim como diversos outros produtos culturais da época, que foi designada como Modernismo, como o livro *Macunaíma*, de Mário de Andrade, tiveram o objetivo de construir uma identidade nacional para Brasil, visão esta que ganhou força na Semana de Arte Moderna (1922), em que intelectuais constataram a necessidade de ressaltar a brasilidade, principalmente, a partir da miscigenação entre europeus, indígenas e africanos (Pinto 2003: 50-66).

Em *Abaporu*, por exemplo, nota-se que a autora ressalta a antropofa-

gia e o misticismo do homem com a terra, como um rompimento ao modelo europeu. Já a obra *Operários e Segunda Classe* evidencia que o desenvolvimento econômico e tecnológico brasileiro é resultado do trabalho advindo da variedade étnica brasileira, o que também refuta o pensamento anterior de valorização dos europeus em relação aos demais povos (Lima 2007: 50-54).

Apesar de o país completar, um século do início do movimento modernista, fazendo com que o movimento seja considerado também um argumento para a defesa de que a identidade cultural se desenvolve gradual e historicamente, os exemplos citados acima demonstram como a identidade cultural também pode ser um produto construído em um determinado tempo, a partir de uma intencionalidade, e que movimentos similares a este podem voltar a modificar o paradigma atual. E, no paradigma atual, o que se destaca é o contexto de globalização e pós-modernidade que,

quando mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades, dentre as quais parece possível fazer uma escolha. Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de “supermercado cultural” (Hall 2006: 75).

Considerando esses aspectos, verifica-se que a identidade cultural brasileira, na contemporaneidade, é híbrida e relativista, uma vez que seus sujeitos interagem com diferentes identidades culturais e incorporam novos aspectos. Assim, segundo Hall, à medida que a humanidade fica mais interdependente, direciona-se “ao colapso de todas as identidades culturais fortes e está produzindo aquela fragmentação de códigos culturais, aquela multiplicidade de estilos, aquela ênfase no efêmero, no flutuante, no impermanente e na diferença e no pluralismo cultural” (Hall 2006: 74).

Com essa fundamentação teórica, pôde-se contextualizar o impacto dos projetos culturais e das iniciativas comunitárias no fortalecimento da identidade cultural brasileira em comunidades vulneráveis. Partindo da ideia de Stuart Hall sobre a construção híbrida e dinâmica das identidades culturais, especialmente no cenário pós-moderno, é possível entender esses projetos como ferramentas de construção e fortalecimento da identidade, bem como de inclusão social e cidadania. Na segunda parte deste artigo, são

analisados estudos sobre projetos culturais implementados no Brasil, evidenciando como essas iniciativas refletem e aplicam conceitos teóricos de identidade em ações práticas. Desse modo, a análise prática desses projetos se conecta à teoria ao ilustrar como as intervenções culturais, além de responderem às necessidades locais, também se alinham às transformações identitárias e às dinâmicas de pertencimento que caracterizam a cultura pós-moderna.

Desafios e experiências exitosas no cenário da cultura brasileira pós-moderna

A análise dos projetos culturais e das iniciativas comunitárias no Brasil revela um fenômeno complexo e multifacetado, que reflete dinâmicas socio-culturais, econômicas e tecnológicas da contemporaneidade. Esses projetos, inseridos no contexto da cultura pós-moderna, têm ganhado destaque nas discussões sobre políticas culturais e planejamento urbano, tornando-se fundamentais para o desenvolvimento das cidades. Esta seção realiza uma análise crítica dos projetos que promovem a construção e a preservação da memória e identidade cultural brasileira, especialmente em comunidades vulneráveis.

Para essa análise, foram selecionados estudos científicos que representam práticas significativas em diferentes regiões do país. Entre eles estão: “Bibliotecário mediador de leitura e de práticas culturais em comunidades vulneráveis” de Maria Mary Ferreira (2014), que explora o impacto de bibliotecas comunitárias e a formação de leitores em áreas carentes; o artigo “Projetos de extensão universitária: um compromisso da universidade com a inclusão social” (2019) de Carlos Jaelso Albanese Chaves, Eloisa Paula de Oliveira, Patricia Romagnani, Candida Propheta Erban, que examina o papel das universidades em projetos culturais para inclusão social; e o estudo “Impacto social de telecentro próximo à biblioteca comunitária sob a ótica do beneficiário: o caso Chico Mendes” (2014) de Helena de Almeida Pereira Marques e Patrícia Mallmann Souto Pereira, que investiga a percepção dos beneficiários em relação aos projetos culturais em Porto Alegre. Além disso, destaca-se o estudo “Os espaços de cultura como articuladores sociais, educacionais e afetivos” (2021) de Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes e Raphaela Leticia Rozendo Pinto, que aborda a importância dos centros culturais em comunidades vulneráveis como pontos de integração social e desenvolvimento educacional. O livro *Políticas culturais no Brasil* (2007), organizado por Antonio Albino Canelas Rubim e Alexandre Barbalho, fornece uma perspectiva histórica das políticas culturais e ressalta os desafios

enfrentados ao longo do tempo, como a falta de continuidade e recursos. Ademais, o estudo “ Políticas públicas e sociais frente à vulnerabilidade social no território da Cracolândia” (2022) de Camila Irigonhê Ramos, Paola de Oliveira Camargo, Michele Mandagará de Oliveira, Luciane Marques Raupp e Gabriela Botelho Pereira, sobre a Cracolândia em São Paulo, explora a relevância de políticas intersetoriais em áreas de alta vulnerabilidade. Esses estudos fornecem um panorama diversificado sobre os desafios e êxitos enfrentados por projetos culturais no Brasil contemporâneo, servindo como base para a discussão sobre o papel da cultura na inclusão social.

A obra de Rubim e Barbalho examinou a trajetória das políticas culturais brasileiras com uma perspectiva crítica, enfatizando as contradições e limitações que essas políticas enfrentam, desde as primeiras iniciativas culturais e a criação do Ministério da Cultura até as políticas mais recentes, revelando uma estrutura frequentemente instável, marcada por descontinuidade e fragmentação. Os autores ressaltam que, no Brasil, a cultura tem sido, historicamente, uma área negligenciada pelo Estado e sujeita a intensas flutuações conforme mudanças políticas. O livro critica a dependência de leis de incentivo, que acabam transferindo a autonomia cultural para as mãos do mercado, limitando o acesso equitativo à produção cultural. Esse modelo é particularmente desfavorável para as iniciativas culturais em contextos de vulnerabilidade, que dependem de financiamento público para se manterem, pois os recursos tendem a se concentrar em áreas de maior retorno financeiro para o patrocinador. Tal dependência não só subverte o papel do Estado como agente regulador e promotor da cultura, mas também distancia a política cultural das reais necessidades da população brasileira, especialmente nas regiões menos favorecidas.

Além disso, Rubim e Barbalho apontam que a centralização dos recursos culturais nos grandes centros urbanos acentua as desigualdades regionais, dificultando a consolidação de uma política cultural verdadeiramente inclusiva e representativa. As análises dos autores sublinham a urgência de uma política cultural descentralizada e participativa que valorize a diversidade cultural e atenda às demandas das periferias e áreas rurais, onde as necessidades culturais são frequentemente relegadas a segundo plano. A crítica à fragmentação e à falta de continuidade das políticas culturais destaca a dificuldade de sustentar iniciativas comunitárias e culturais em longo prazo, sugerindo que uma reestruturação das políticas públicas é essencial para que esses projetos possam cumprir seu papel de transformação social.

Além das análises críticas sobre as políticas culturais e os desafios de

descentralização no Brasil, observa-se também, na prática, como a falta de investimentos públicos afeta diretamente o alcance de iniciativas culturais em comunidades vulneráveis. Um exemplo relevante é o trabalho de Ferreira, que explora o impacto de bibliotecas comunitárias na formação de leitores em áreas carentes, evidenciando a escassez de recursos direcionados à cultura e educação. No contexto do Programa de Educação Tutorial (PET) de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Ferreira descreve como, durante três anos, o projeto cultural “Informação e Cidadania” buscou fomentar a identidade e o senso de pertencimento entre crianças e jovens do bairro Sá Viana, em São Luís. Essa parceria com a Casa Brasil visou articular ações de leitura, pesquisa escolar e cidadania, oferecendo à comunidade um espaço que transcendesse o mero acesso ao livro, tornando-se um ponto de apoio educacional e cultural essencial:

Foi com essa perspectiva que o Programa de Educação Tutorial de Biblioteconomia da UFMA (PET) desenvolveu, durante três anos, uma parceria com a Casa Brasil no bairro do Sá Viana com o projeto de extensão “informação e Cidadania: leitura e práticas de pesquisa na construção de sujeitos”, objetivando articular ações integradas no campo da leitura, pesquisa escolar e informação cidadã, e contribuir para o fortalecimento da identidade de crianças e jovens daquele bairro (Ferreira 2014: 132).

Entre os principais êxitos do projeto, ressalta-se a criação de uma biblioteca comunitária Antônio Vieira, além de “ações culturais com a perspectiva de diminuir os processos de exclusão de acesso à informação e à leitura em comunidades vulneráveis” (Ferreira 2014: 130). Assim, o projeto não só ofereceu acesso à cultura à comunidade, a informação social no convívio escolar produzindo a inclusão e associação com o conhecimento, mas também oportunizou que estudantes, pesquisadores e professores da UFMA contribuíssem para a integração entre a Universidade e a comunidade.

Há que se ressaltar que, por tratar-se de um projeto desenvolvido em uma comunidade carente, foi desenvolvido com apoio da Casa Brasil, que é uma iniciativa do Governo Federal que visa romper a reprodução da pobreza. Assim, um dos principais desafios para o desenvolvimento do projeto cultural em questão refere-se às condições precárias da localidade atendida, ainda,

Os resultados do diagnóstico apontaram que a maioria dos cidadãos da comunidade do Sá Viana não tem acesso a uma unidade de informação

na própria localidade. Observou-se também que a falta do hábito de ler é ocasionada principalmente pela ausência de espaços de leitura naquela localidade. Observou-se ainda que a comunidade enfretava diversos problemas, como falta de saneamento básico, falta de escolas públicas de educação infantil, ausência de postos de saúde e segurança e falta de mercados ou feiras – fatos que incidem sobre a qualidade de vida dos moradores do bairro (Ferreira 2014: 138).

Se, por um lado, no estudo de Ferreira, demonstrou-se, principalmente os benefícios dos projetos culturais para a comunidade, no estudo de Chaves *et al.*, há discussões que evidenciam os êxitos dos projetos de extensão universitária para a inclusão de identidades vulneráveis e, principalmente, para as universidades que estão alcançando êxito em níveis de apresentar uma interdisciplinaridade entre os participantes e sua relação com a vulnerabilidade, que demonstrou sua capacidade de interação com os programas apresentados na pesquisa e de combater as complexidades sociais, promovendo a extensão universitária como um combate a algo que tanto atinge o estudante não dando continuidade ao seu trabalho ou investigação. Para Chaves *et al.*,

A Extensão universitária é o processo educativo e científico que tem a competência de produzir conhecimento capaz de transformar a sociedade. Tal conhecimento é instrumentalizador e integrado ao social (Serrano 2013). Para Deslandes e Arantes (2017: 179), a extensão universitária “é considerada um dos pilares do ensino superior no Brasil, que fomenta não somente a formação profissional e humanística, mas também a transformação social (2019: 2).

Entre os principais êxitos relatados na investigação, ressalta-se que os projetos desenvolvidos pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul atingem diversas áreas, uma vez que promove a interdisciplinaridade aos acadêmicos. De acordo com o estudo, na comunidade, a universidade oportunizou desenvolvimento econômico, social e profissional ao ser incubadora de cooperativas. O principal desafio elencado pela pesquisa é garantir a continuidade dessas cooperativas, para além da etapa de incubação, pois faltam investimentos financeiros da iniciativa pública e privada nesses projetos:

Transferindo de forma acessível saberes que promovem as comunidades para sua emancipação socioeconômica, no que tange a geração de trabalho e renda por meio da economia solidária (associativismo e cooperativismo), torna-se fundamental um trabalho que ultrapasse o campo da informação e realmente

solidifique-se na formação. Portanto, para ir além das informações iniciais, é necessário o trabalho de acompanhamento formativo, uma vez que o foco são comunidades vulneráveis (social e economicamente), que precisam de um aparato mais estruturante para que a atividade seja exitosa (Chaves *et al.* 2019: 15).

Outra pesquisa relevante é o estudo de Marques e Pereira, que fornece uma nova perspectiva sobre os projetos culturais e as iniciativas comunitárias, uma vez que, diferentemente dos estudos anteriores, que apresentam constatações e análises sob a ótica acadêmica, realiza entrevistas com pessoas de uma comunidade beneficiada por projetos em Porto Alegre, o que viabiliza um olhar sobre os beneficiados. Marques e Pereira constataram que os participantes dos projetos relatados na investigação percebem que: «valorizados e privilegiados por terem os ambientes tão próximos na comunidade. Conclui que o beneficiário percebe o telecentro e a biblioteca Chico Mendes como espaço de integração, socialização e inclusão social. Sugere ações a serem realizadas como o fim de integrar telecentros e bibliotecas comunitárias» (Marques e Pereira 2014: 146).

Por meio do telecentro e da biblioteca Chico Mendes, beneficiários tiveram acesso não só a livros, mas também a computadores com *internet*, além de assistência de uma equipe do projeto. Verifica-se que a vulnerabilidade social, por exemplo, em relatos de participantes que não sabiam como realizar procedimentos digitais básicos, como o envio de e-mails, e depois do projeto passaram a utilizá-lo para o trabalho e para a busca de informações: «Nessa passagem da entrevista, mais uma vez fica perceptível a autovalorização pela utilização de e-mail. Salientou também a importância do uso de computador e internet para inserção no mercado de trabalho: “[...] aquele que não tiver conhecimento da informática, da tecnologia, tá fora do mercado, né» (Marques e Pereira 2014: 157).

Observa-se que a maioria dos entrevistados relatou maiores benefícios relacionados ao telecentro, pois fornece contribuições práticas e necessárias, por exemplo, ao trabalho, sendo um consenso dos entrevistados que “tudo está na internet” (Marques e Pereira 2014: 160). Marques e Pereira não relataram desafios na realização dos projetos.

Já no artigo desenvolvido por Alcântara (2019), debate-se que “iniciativas comunitárias nos centros urbanos expressam seus valores sociais e culturais por meio de processos museológicos” (Alcântara 2019: 170), sendo que são verificadas, especialmente, iniciativas que ocorrem em espaços periféricos. Sobre os museus, Alcântara observou que:

O museu passou a atuar junto a determinados grupos sociais, inspirando a formação de outros tipos de representação do fenômeno, como os museus comunitários. Frente a essas transformações, grupos sociais excluídos de qualquer coisa que coloque em ordem o urbano passaram a desempenhar processos museológicos acreditando no poder dos museus de propiciar mudanças sociais, culturais e políticas de suas realidades. Assim, organizam-se politicamente em torno de suas memórias e de seus patrimônios a fim de provocar e estimular mudanças nas estruturas opressoras sob as quais são colocados dentro de suas cidades. Nessa pesquisa são chamados de Pontos de Memória (Alcântara 2019: 197-198).

Observa-se que o acesso à cultura por meio dos museus nas periferias, denominados Pontos de Memória, oferecem à comunidade o desenvolvimento da criticidade sobre a realidade em que estão inseridos. O principal desafio verificado, assim como em outros projetos culturais e iniciativas comunitárias discutidos neste artigo, é a falta de investimentos financeiros para o desenvolvimento de novos espaços e a manutenção dos já em funcionamento.

A análise de Ramos *et al.* (2022) complementa a discussão sobre as políticas culturais e sociais ao abordar o impacto das intervenções públicas em contextos de alta vulnerabilidade, como a Cracolândia em São Paulo. Este estudo etnográfico revela as dificuldades enfrentadas por uma população em situação de extrema marginalização e exposta ao uso de substâncias, traçando um quadro das políticas públicas implementadas e de como elas falham em responder à complexidade das demandas desse território.

Os autores argumentam que, embora a Cracolândia tenha uma presença constante do Estado por meio da segurança pública e ações higienistas, as intervenções são insuficientes, focando mais na repressão do que em estratégias de apoio e acolhimento. Isso perpetua o estigma social e intensifica a exclusão das pessoas que vivem nessa realidade. O estudo critica a falta de uma abordagem intersetorial que considere moradia, saúde e reinserção social como elementos integrados e necessários para o real cuidado dessas pessoas. Segundo Ramos *et al.*, a ineficácia das políticas públicas neste território destaca a urgência de estratégias que rompam com práticas autoritárias e implementem políticas efetivamente inclusivas.

Esse estudo reforça a relevância de políticas que não apenas visem a redução de danos, mas também promovam a autonomia e o empoderamento dos sujeitos envolvidos, valorizando seus vínculos afetivos e redes de solidariedade internas. As conclusões de Ramos *et al.* sublinham que as políticas

públicas voltadas para populações vulneráveis, assim como os projetos culturais em contextos de vulnerabilidade discutidos anteriormente, precisam ser planejadas para superar barreiras estruturais e fornecer um suporte mais humano e contínuo. Essa reflexão reforça o propósito deste artigo ao evidenciar que, para que os projetos culturais em áreas de vulnerabilidade cumpram seu papel transformador, eles devem estar apoiados por políticas públicas intersetoriais e sustentáveis. Assim como as iniciativas culturais buscam fortalecer a identidade e promover a inclusão social, é essencial que as políticas que as sustentam também considerem a complexidade dos contextos em que essas populações vivem, oferecendo não apenas acesso à cultura, mas também a condições básicas de segurança, saúde e desenvolvimento pessoal. A abordagem intersetorial apontada por Ramos et al. exemplifica o caminho necessário para que essas intervenções culturais possam ter um impacto mais duradouro e efetivo nas comunidades vulneráveis.

Já o estudo “Os espaços de cultura como articuladores sociais, educacionais e afetivos” (2021) de Fabrícia Dias da Cunha de Moraes Fernandes e Raphaela Leticia Rozendo Pinto examina o papel dos centros culturais como elementos essenciais para a coesão social, o desenvolvimento educacional e o fortalecimento dos laços afetivos nas comunidades vulneráveis. O artigo, com foco no Conjunto Habitacional João Domingos Netto, em Presidente Prudente (SP), destaca a carência de espaços de lazer e cultura nessa área e propõe a criação de um centro cultural com o objetivo de integrar os moradores, fomentar o senso de pertencimento e contribuir para a construção de uma identidade coletiva.

A análise de Fernandes e Pinto é especialmente relevante ao apontar que a arquitetura e o planejamento dos centros culturais desempenham um papel crítico para seu sucesso como espaços de articulação comunitária. Os autores enfatizam que esses centros não devem ser apenas locais de eventos culturais, mas sim ambientes multifuncionais que englobem atividades educativas, artísticas e de lazer, criando oportunidades para que os residentes desenvolvam habilidades e ampliem sua participação social. Essa proposta ressalta a importância de diretrizes arquitetônicas que promovam a acessibilidade, a interação e o conforto dos usuários, sugerindo que o projeto físico do espaço cultural é determinante para seu impacto social e educativo.

O artigo também aborda um desafio central: a precariedade dos investimentos em infraestrutura cultural nas periferias brasileiras. Os autores defendem que a implantação de centros culturais em áreas marginalizadas não apenas atende a uma demanda por acesso à cultura, mas também atua

como uma resposta às desigualdades sociais, oferecendo aos moradores um espaço seguro e inclusivo para a prática de atividades diversas. No entanto, sem apoio financeiro contínuo, a efetividade e a sustentabilidade de tais projetos são comprometidas, destacando a necessidade de políticas públicas que assegurem recursos e apoio institucional para iniciativas culturais em contextos de vulnerabilidade. O estudo de Fernandes e Pinto evidencia que, para além do impacto imediato, esses espaços têm o potencial de criar um legado duradouro de cidadania, inclusão e valorização cultural nas comunidades que atendem.

Ao examinar os projetos culturais em comunidades brasileiras e suas implicações na construção e fortalecimento da identidade cultural, apresentou-se, acima, uma visão descritiva sobre práticas e iniciativas de impacto social. No entanto, ao se propor a oferecer “um olhar” para essas intervenções no contexto da cultura pós-moderna, é necessário ir além da descrição e problematizar como esses projetos se entrelaçam com as complexidades da pós-modernidade e como operam em um cenário onde as identidades são continuamente híbridas, fragmentadas e fluidas. A questão essencial que emerge é: de que maneira esses projetos culturais conseguem não apenas suprir carências locais, mas também dialogar com as dinâmicas da cultura pós-moderna, onde as identidades e os valores culturais estão constantemente em transformação?

A cultura pós-moderna se caracteriza pela pluralidade e pela desterritorialização das identidades. Nesse contexto, os projetos culturais em áreas de vulnerabilidade precisam lidar com a fragmentação cultural e o consumo simbólico, elementos presentes na vida cotidiana das comunidades. Essas iniciativas, ao se integrarem nas comunidades, têm o potencial de gerar espaços de resistência e afirmação cultural, permitindo que a população marginalizada encontre uma forma de sustentar e reconfigurar suas identidades em meio a um cenário globalizado. Esse processo é complexo, pois implica não só na preservação das tradições culturais, mas também na adaptação das práticas culturais às demandas contemporâneas.

Para problematizar a questão do “olhar” no cenário pós-moderno, é importante refletir sobre como esses projetos de intervenção cultural resistem à lógica de consumo que marca a cultura globalizada. A cultura pós-moderna frequentemente promove identidades flexíveis e adaptáveis, incentivando uma interação constante com símbolos e narrativas globais. Os projetos culturais descritos neste artigo podem, em muitos casos, contrapor essa tendência ao reforçar identidades locais e criar espaços onde o pertencimento é

incentivado e cultivado. Por exemplo, ao promover práticas culturais específicas de uma região, esses projetos combatem a homogeneização cultural e oferecem às comunidades uma alternativa de engajamento e valorização da cultura local em meio à pressão do consumismo e da padronização cultural.

Outro ponto relevante é que esses projetos atuam como uma plataforma para que os indivíduos e grupos sociais ressignifiquem sua própria realidade, apropriando-se dos recursos culturais como ferramentas de empoderamento e transformação social. Em uma sociedade que valoriza a diversidade e a interconexão entre diferentes culturas, as iniciativas culturais em comunidades vulneráveis se tornam fundamentais para promover o reconhecimento e a visibilidade dessas identidades locais. A cultura pós-moderna, com sua ênfase no pluralismo e na hibridização, exige que esses projetos sejam capazes de dialogar com diversas influências externas, ao mesmo tempo em que incentivam o fortalecimento de identidades locais. Portanto, as iniciativas culturais em áreas de vulnerabilidade se tornam espaços de convergência onde elementos tradicionais e modernos podem coexistir e se potencializar.

Ademais, ao problematizar a questão da “cultura pós-moderna” no contexto dos projetos culturais, é possível compreender que a eficácia dessas iniciativas vai além da simples inclusão social. Elas se tornam instrumentos de revalorização da cultura, que respondem às necessidades da comunidade ao promover a reflexão sobre os próprios valores, mitos e tradições em um contexto que os redefine constantemente.

Considerações Finais

Por meio do desenvolvimento deste artigo, cumpriu-se com o objetivo de investigar as experiências exitosas e os desafios relacionados à adaptação de projetos de inclusão de identidades vulneráveis, no contexto cultural pós-moderno, com foco nas comunidades carentes brasileiras. Através desses estudos científicos analisados, observou-se que os projetos culturais e as iniciativas sociais promovem o desenvolvimento da autoestima e a capacitação social não só por meio do acesso à cultura, à educação e à tecnologia, mas também garante o exercício da cidadania aos seus beneficiários, como possibilidades de integração ao mercado de trabalho.

Entre os artigos de maior relevância sobre o tema, três relatam projetos idealizados e desenvolvidos por Universidades, com apoio da iniciativa público-privada, e um relata projetos desenvolvidos por uma Prefeitura Municipal, porém, também com ações da Universidade.

Nesse cenário, verifica-se a importância de as Universidades contribuir para o desenvolvimento social, por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação. Contudo, não se pode desconsiderar que as Universidades não possuem recursos para financiar o desenvolvimento e a manutenção de projetos como bibliotecas, museus e incubadoras de cooperativas, o que evidencia a necessidade de mais investimentos, para que os projetos não sejam encerrados e seus benefícios descontinuados por falta de recursos financeiros.

Referências bibliográficas

Alcântara, C. F. S. Moura. 2019. “Museus em periferias urbanas brasileiras”. In: *Horizontes Antropológicos*, 25. Porto Alegre: 53, 169-201.

Chaves, C. J. A., Oliveira, E. P., Romagnani, P. Ervano, C. P. 2019. “Projetos de extensão universitária: um compromisso da universidade com a inclusão social”. In: *Holos*, 35. Campo Grande: 2, 1-17.

Fernandes, F. D. C. M., Pinto, R. L. R. 2021. “Os espaços de cultura como articuladores sociais, educacionais e afetivos”. In: *Colloquium Socialis*, Presidente Prudente: 5(3), 25-37.

Ferreira, M. Mary. 2014. “Bibliotecário mediador de leitura e de práticas culturais em comunidades vulneráveis”. In: *Em Questão*, 20. Porto Alegre: 2, 130-145.

Hall, Stuart. 2006. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

Helal, R. George. 1996. “Futebol, cultura e cidade”. In: *Logos: comunicação e universidade*, 3, Rio de Janeiro: 2, 1-3.

Lima, M. M. 2007. *Társila do Amaral – Retrato da identidade brasileira* (TCC). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Marques, H. A. P., Pereira, P. M. S. 2014. “Impacto social de telecentro próximo à biblioteca comunitária sob a ótica do beneficiário: o caso Chico Mendes”. In: *Em Questão*, 20. Rio de Janeiro: 2, 147-165.

Ramos, C. I., Camargo, P. O., Oliveira, M. M., Raupp, L. M., Pereira, G. B. 2022. “Políticas públicas e sociais frente à vulnerabilidade social no território da Cracolândia”. In: *Saúde e Sociedade*, Pelotas: 31(1), 1-11.

Rother, E. Terezinha. 2007. “Revisão sistemática X revisão narrativa”. In: *Acta paul. Enferm*, 20. Porto Alegre: 2, 1-2.

Rubim, A. A. C., Barbalho, A. 2007. *Políticas culturais no Brasil*. EDUFBA.

Sovik, Liv. 2014. “Os projetos culturais e seu significado social”. In: *Galaxia*, 27. São Paulo: 172-182.